

TIPOLOGIA URBANA: O EXEMPLO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Urban typology: the example of the state of Rio de Janeiro

Tipología urbana: el ejemplo del estado de Rio de Janeiro

Miguel Angelo Ribeiroⁱ

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Vera Maria d'Ávila Cavalcantiⁱⁱ

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Resumo

O objetivo deste artigo é analisar a organização espacial fluminense a partir de uma tipologia que contempla o grau de urbanização de seus municípios, considerando dois indicadores: a dimensão demográfica e o grau de urbanização. A escolha da dimensão demográfica é um indicador discriminatório tanto em termos produtivos, como em termos de consumo para os municípios, em decorrência da variável escolhida (tamanho populacional), ser uma "proxy" da massa de consumidores. Quanto ao grau de urbanização sua escolha baseia-se no fato de que quanto maior for a proporção de população urbana, maior será a expressão das atividades urbanas - comércio, serviços e indústria. A metodologia usada na construção da tipologia consistiu no cruzamento matricial da população total do município (dimensão demográfica) e da relação entre a população urbana e a população total do município (grau de urbanização). Sendo assim, os cruzamentos matriciais efetuados conduziram à identificação de 3 (três) grandes conjuntos de municípios: urbanos, em transição para urbano e rurais.

Palavras-chave: tipologia urbana; dimensão demográfica; grau de urbanização; Estado do Rio de Janeiro.

Abstract

This article intends to analyze the fluminense spatial organization, based upon a typology that will contemplate the urbanization rate of the state's municipalities and comprises the indexes of demographic dimension and urbanization rate. Choosing demographic dimension allows for a discriminative interpretation of both consumption and production within a municipality, due to the elected variable (population) and its proximity to the actual bulk of consumers. As for the choice of urbanization rate, it lies upon the acknowledgement that the bigger the ratio of urban population the greater will be the expression of urban activity - commerce, services and industry. The methodology used in constructing such typology consisted in matrixially crossing the values of population (demographic dimension) and of the ratio between the latter and the urban population (urbanization rate). Thus, these matricial crossings led to the identification of three major sets of municipalities: *urban, in transition to urban and rural*.

Keywords: urban typology; demographic dimension; urbanization rate; Rio de Janeiro State.

Resumen

El objetivo de este trabajo es analizar la organización especial del estado Rio de Janeiro desde una tipología que incluye el grado de urbanización de los municipios, teniendo en cuenta dos indicadores: el tamaño de la población y el grado de urbanización. La elección del tamaño de la población es un indicador de la discriminación tanto en producción como en términos de consumo de los municipios, debido a variable elegida (tamaño de la población), ser una "proxy" de la masa de consumidores. El grado de urbanización de su elección basada en el hecho de que cuanto mayor es la proporción de población urbana, mayor es la expresión de las actividades urbanas - comercio, servicios e industria. La metodología utilizada en la construcción de la tipología consiste en la matriz de intersección de toda la población (dimensión demográfica) y la relación entre población urbana y la población total del municipio (grado de urbanización). Por lo tanto, la matriz se cruces condujo a la identificación de los tres grandes grupos de municipios: urbano, en transición a lo urbano y rurales.

Palabras clave: tipología urbana; dimensión demográfica; grado de urbanización; estado de Rio de Janeiro.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A importância em se analisar a Geografia do estado do Rio de Janeiro está atrelada, principalmente, às transformações desencadeadas nos últimos 25 anos, precisamente a partir da fusão dos antigos estados do Rio de Janeiro e da Guanabara, concretizada em 1975.

Localizado na Região Sudeste, o atual estado do Rio de Janeiro possui uma das menores unidades territoriais do país, com 43.900 km² de extensão, ao passo que apresenta uma das maiores densidades populacionais, da ordem de 327,26 hab./km², segundo os resultados da Sinopse Preliminar do Censo Demográfico 2000 (IBGE). Tais características

configuram um quadro físico muito diversificado no contexto nacional e condicionante na organização socioeconômica de seu território (RIBEIRO, 2002).

Dentre essas características, cumpre destacar a dinâmica populacional, na qual verifica-se o predomínio da população urbana sobre a rural. Outra característica é que a população fluminense apresenta uma organização espacial concentrada nos limites metropolitanos, acusando 75,6% da população residente estadual, sendo que 40,7% no núcleo (5.851.914 habitantes) e 34,9% (5.021.416 habitantes) na periferia, segundo a Sinopse Preliminar do Censo Demográfico 2000 (IBGE).

Posto isto, podemos afirmar que o padrão de distribuição da população fluminense acompanha o processo de urbanização da população mundial, que vem se acelerando, e que atualmente registra população urbana superior a população rural. No Brasil este processo evidencia-se a partir de 1960, e em território fluminense atualmente é bastante intenso.

Neste contexto, o objetivo deste artigo é analisar a organização espacial fluminense a partir de uma tipologia que contemple o grau de urbanização de seus municípios, considerando dois indicadores: a dimensão demográfica e o grau de urbanização (CAVALCANTI, 1999), como também questionar se os resultados verificados a partir da referida tipologia ratifica que o estado do Rio de Janeiro apresenta a mais elevada taxa de população urbana do país, uma vez que os resultados oficiais indicam mais de 96% de seus residentes vivendo em áreas urbanas.

Para atingir os objetivos propostos, o artigo encontra-se estruturado em três seções: a primeira procura analisar o domínio da

população residente urbana sobre a população residente rural; a segunda trata da metodologia operacional, tendo por base a definição dos tipos de municípios segundo um processo de classificação, a partir de cruzamentos matriciais sucessivos, com base nos indicadores dimensão demográfica e grau de urbanização; a terceira analisa os resultados da distribuição espacial segundo a tipologia urbana proposta.

PREDOMÍNIO DO URBANO SOBRE O RURAL

Segundo critérios formais¹, o território fluminense apresenta como uma de suas características demográficas mais marcantes o predomínio da população residente urbana sobre a população residente rural. Tal fato pode ser evidenciado pela mais elevada taxa de população urbana do país, da ordem de 96% de seus residentes vivendo em cidades e vilas e, destes, 81% residindo em cidades (sedes municipais).

Confrontando os recenseamentos gerais de 1960 a 2000, pode-se verificar que tal situação ocorre de modo generalizado no estado. Chama a atenção a progressiva diminuição da população rural, atualmente contribuindo com apenas 4% da população residente total.

Analisando a taxa média geométrica de crescimento anual para os dois últimos períodos censitários (01/09/1991 e 01/08/2000), a população urbana acusou 1,39%, enquanto a população rural registrou - 0,74%, ratificando o processo de urbanização no estado, a partir dos critérios adotados pelo IBGE, segundo a localização do domicílio delimitada pelas prefeituras municipais.

Segundo a Sinopse Preliminar do Censo

Demográfico 2000, do total da população urbana estadual, com mais de 13.700.000 residentes, mais de 60% encontram-se alocada na Região Metropolitana, sendo que 42,4% estão no núcleo (município do Rio de Janeiro), o que evidencia o caráter concentrador da distribuição dos residentes em cidades e vilas nos limites metropolitanos. Tal fato é explicado em função de as maiores cidades fluminenses em tamanho populacional para o ano 2000 estarem nesses limites; e, nessas circunstâncias, as cidades de Belford Roxo (433.120 habitantes), Niterói (400.824 habitantes), Duque de Caxias (338.381 habitantes), São Gonçalo (319.137 habitantes), São João de Meriti (230.359 habitantes) e Queimados (121.688 habitantes) acusando população residente superior a 100.000 habitantes, além de Nova Iguaçu² e Rio de Janeiro, com respectivamente 915.366 e 5.851.914 residentes.

Quanto às cidades localizadas no interior fluminense, pode-se afirmar que são pouco representativas do ponto de vista do tamanho populacional, caracterizadas por aquelas de pequeno porte: de um total de 72 sedes municipais, 49 registraram população residente inferior a 20.000 habitantes para o ano de 2000. Por outro lado, oito cidades acusaram população entre 100 e 500 mil habitantes, a saber: Campos dos Goytacazes (311.275 habitantes), Volta Redonda (241.980 habitantes), Petrópolis (181.436 habitantes), Barra Mansa (162.629 habitantes), Macaé (122.067 habitantes), Nova Friburgo (114.143 habitantes), Teresópolis (109.733 habitantes) e Cabo Frio (105.679 habitantes).

Este conjunto de cidades, perfazendo um total de 16 das 92 sedes municipais fluminenses, representa mais de 72% da população urbana total, sendo que

aproximadamente 62% se encontram residindo nos limites metropolitanos (8.610.789 habitantes), contra apenas 9,8% localizada no interior fluminense (1.348.942 habitantes).

Este critério para definir o urbano brasileiro, adotado desde o primeiro Censo Demográfico Oficial realizado pelo IBGE, em 1940, vem sendo contestado por muitos estudiosos, dentre eles Santos (1993), Limonad (1999) e Veiga (2000), que acusam o referido critério de apresentar distorções, além de falsear os resultados, pois é preciso fazer uma distinção entre cidade e urbano. Sendo assim, uma proposta de tipologia urbana foi elaborada por Cavalcanti (1999) para os municípios brasileiros, a qual procuramos adaptar para analisar as unidades municipais de nosso recorte espacial – o território fluminense.

A METODOLOGIA OPERACIONAL DE TIPOLOGIA URBANA³

A definição dos tipos de municípios efetuou-se segundo um processo de classificação a partir de cruzamentos matriciais sucessivos, com base nos indicadores de Dimensão Demográfica e do Grau de Urbanização.

No que diz respeito à Dimensão Demográfica, a variável considerada foi a população total do município. Entende-se tratar de um indicador discriminatório para os municípios tanto em termos produtivos como de consumo, em decorrência de o tamanho populacional ser utilizado como uma "proxy" da massa de consumidores.

Uma primeira simplificação da realidade consistiu na identificação de três grandes grupos populacionais, discriminando o

universo de 5.507 municípios brasileiros: (1) municípios de grandes dimensões demográficas – com população total superior a 250 mil habitantes; (2) municípios de médias dimensões demográficas – com população total entre 250 mil e 50 mil habitantes; e (3) municípios de pequenas dimensões demográficas – com população total inferior a 50 mil habitantes.

Para o estado do Rio de Janeiro, os municípios encontram-se discriminados pelos três grupos populacionais, conforme os dados a seguir:

- i) Nove municípios com população total superior a 250 mil habitantes: Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, São Gonçalo, Duque de Caxias, Belford Roxo, Niterói, Campos dos Goytacazes, Petrópolis e São João de Meriti. Desse total apenas Campos dos Goytacazes e Petrópolis encontram-se no interior do estado;
- ii) Nos municípios de médias dimensões destacam-se 24, sendo que Itaboraí, Japeri, Magé, Nilópolis, Queimados, Seropédica encontram-se nos limites metropolitanos, enquanto 18 localizam-se no interior;
- iii) No grupo dos municípios com população total inferior a 50 mil habitantes, foram registrados 58, sendo que três se situam nos limites da metrópole.

Tais resultados indicam que há um predomínio em território fluminense de municípios de pequenas dimensões demográficas, representando 63,7% do total, localizados no interior, contrastando com aqueles metropolitanos, incluídos entre os de grandes e médias dimensões demográficas.

Tal fato ratifica o domínio da população

concentrada nos limites da metrópole fluminense. Esse perfil afirmou-se há muito tempo, principalmente em se tratando de seu núcleo, representado pelo município do Rio de Janeiro, como aponta Ribeiro (2002, p. 17):

Tal situação acentua-se para a cidade do Rio de Janeiro quando passa a exercer a função de capital do país, além de deter outras funções, como a portuária e a comercial, provocando uma significativa atração populacional. Esta concentração culmina com o papel de núcleo metropolitano a partir dos anos de 1940, quando do início da formação da Área Metropolitana, atraindo levas de migrantes provenientes do Nordeste, eclodindo nos anos de 1960 e ratificando este papel em anos posteriores, assumindo tal hegemonia.

Após a identificação dos grupos populacionais, processou-se novo cruzamento matricial que contemplou, além da dimensão demográfica, o grau de urbanização, obtido através da relação entre a população urbana e a população total do município, segundo a classificação a seguir: (1) muito forte – municípios com grau de urbanização acima de 80%⁴; (2) forte – municípios com grau de urbanização entre 80% e 50%; (3) moderado – municípios com grau de urbanização entre 50% e 25%; e (4) fraco – municípios com grau de urbanização abaixo de 25%.

A escolha deste indicador – grau de urbanização dos municípios – baseia-se no fato de que, quanto maior for a proporção de população urbana, maior será a expressão das atividades urbanas, como comércio, serviços e indústria. Assim, entende-se que esse indicador atendeu aos objetivos da tipologia por sintetizar a expressão do processo de urbanização no país.

Para o estado do Rio de Janeiro, foram

identificados 54 municípios considerados com grau de urbanização muito forte, representando 59,3% do total, enquanto 30 municípios apresentaram grau de urbanização forte.

Cumprir mencionar que apenas um município fluminense, Sumidouro, registrou grau de urbanização abaixo de 25%, sendo, portanto, considerado fraco.

Para finalizar a metodologia operacional, os cruzamentos matriciais efetuados conduziram à identificação de três tipos de municípios: urbanos, em transição para o urbano e rurais.

Neste contexto, a partir da identificação de três tipos de municípios, questiona-se: (a) como comportam-se os municípios fluminenses diante dessa classificação tipológica?; (b) como apresentam-se distribuídos no espaço os municípios fluminenses, de acordo os três tipos de municípios (urbanos, em transição para o urbano e rurais)?

ANÁLISE DA DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS MUNICÍPIOS FLUMINENSES SEGUNDO A TIPOLOGIA URBANA

O estado do Rio de Janeiro, como abordado anteriormente, possui a maior taxa de urbanização do país, da ordem de 96% segundo dados da Sinopse Preliminar do Censo Demográfico 2000. Esta população urbana apresenta-se concentrada nos limites metropolitanos, denotando a importância da metrópole em relação ao interior fluminense, e como aponta Rúa (2002, p. 47), "não somente em termos demográficos (extremamente significativos), mas nas dimensões política, cultural, comportamental, econômica, onde o significado dessa área urbana torna-se

esmagador".

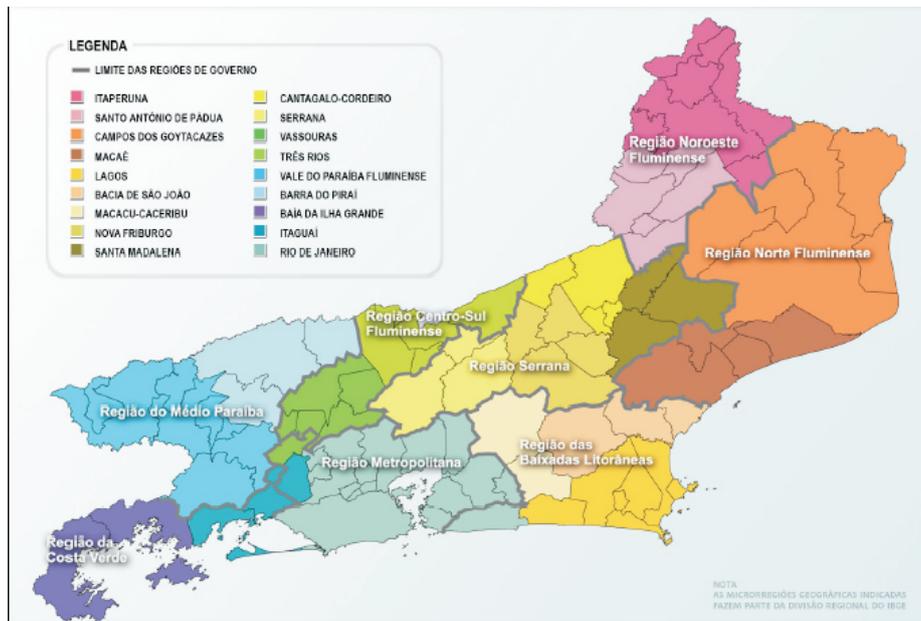
Mas não podemos esquecer que, apesar deste papel hegemônico e concentrador da metrópole fluminense, o interior vem alcançando destaque, ainda que de forma pontual, em suas atividades econômicas, atendendo, principalmente, o núcleo metropolitano – o município do Rio de Janeiro, marcado também por um processo de urbanização comandado a partir e por este, mas, ainda, por uma série de experiências novas que podem ser verificadas em algumas regiões de governo, como a Serrana, a das Baixadas Litorâneas, a Costa Verde e o Médio Paraíba (MAPA 1).

Neste contexto, podemos analisar a tipologia dos municípios fluminenses a partir da projeção da metrópole do Rio de Janeiro, que

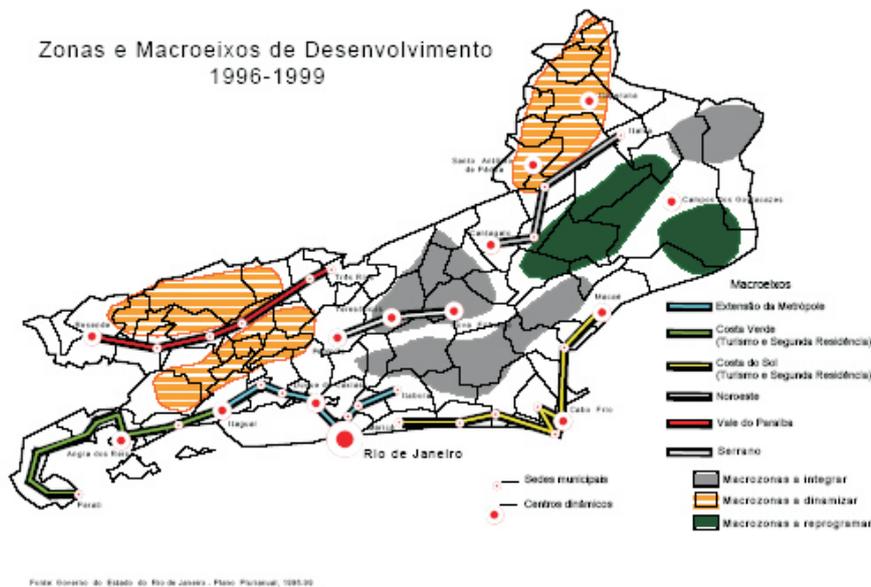
(...) intensifica o processo de urbanização do interior seguindo um certo padrão, ao longo de determinados eixos marcados por elevados índices de população urbana, mas onde se percebe uma urbanização mais intensa (baseada num movimento de difusão de "urbanidades") do que a captada pelas delimitações oficiais (RUA, 2002, p. 48).

Antes de nos atermos à análise da distribuição espacial, cumpre mencionar que, dos 91 municípios fluminenses analisados segundo os três tipos de municípios definidos pela tipologia urbana, 59, ou 64,8%, foram considerados urbanos, enquanto 24, ou 26,3%, são municípios em transição para o urbano, e apenas oito, ou 8,8%, são rurais (MAPA 3).

Quanto à distribuição espacial, seguindo o padrão a partir de determinados eixos marcados pelas rodovias, principalmente as federais, com elevados índices de população



MAPA 1 - Regiões de Governo do estado do Rio de Janeiro.



MAPA 2 - Zonas e Macroeixos de Desenvolvimento do estado do Rio de Janeiro (1996-1999).

urbana – associados às atividades terciárias e, por vezes, pela secundária, manifestando-se de forma pontual –, podemos distinguir (MAPAS 2 e 3) quatro grandes eixos, em uma extensão da metrópole e integrados ao chamado espaço da metropolização (DAVIDOVICH, 1999), representados por municípios com grau de urbanização superior a 80%, considerados urbanos. São eles: o da BR-101 (Norte) e RJ-106 (Rodovia Amaral Peixoto), partindo do Rio de Janeiro em direção à Niterói, seguindo até Campos dos Goytacazes, no Norte

Fluminense. Grande parte desse eixo é representado pela Região das Baixadas Litorâneas, com suas atividades econômicas voltadas, sobretudo, para o veraneio (segunda residência) e o turismo, também conhecida como Costa do Sol, caracterizada em sua maior extensão pela urbanização turística, conforme apontado por Ribeiro (2003).

O segundo eixo, representado pela BR-101 (Sul), a partir da cidade do Rio de Janeiro e atravessando o referido município, atinge os municípios da Costa Verde até Angra dos Reis.



MAPA 3 - Tipologia dos municípios (estado do Rio de Janeiro) - 2000.

Nele destacam-se atividades do setor secundário e, ainda, o turismo e o veraneio (RUA, 2002; MARAFON *et al.*, 2005), presenciando o fenômeno da urbanização turística, capitaneado pela localização de *resorts*, marinas, condomínios fechados, entre outros.

O terceiro, a partir da cidade do Rio de Janeiro e em direção à Baixada Fluminense pela Rodovia Presidente Dutra (BR-116), alcança o Médio Paraíba Fluminense até o município de Resende, destacando-se os mais variados usos, dentre eles o industrial, o residencial e o do turismo.

O quarto eixo segue pela BR-040, Rodovia Washington Luís, em direção a parte da Região Serrana, representada por Petrópolis, atingindo Três Rios e seguindo para a capital mineira, Belo Horizonte, passando por Juiz de Fora. Esse eixo caracteriza-se pela

presença da atividade industrial e, grosso modo, pelo turismo e veraneio, destacando-se o município de Petrópolis.

Ainda podemos mencionar três eixos secundários, marcados pelo alto grau de urbanização, também representados por municípios urbanos: o primeiro, a partir de Niterói, passando por São Gonçalo e Itaboraí, segue até o “topo da serra” e Nova Friburgo, com predomínio de atividades terciárias e secundárias, além da agropecuária; o segundo, marcado pelos municípios serranos de Petrópolis, Teresópolis e Nova Friburgo, no “topo da serra”, com a presença da urbanização turística em decorrência dos impactos causados pelo turismo e pelo veraneio –atividades bastante antigas na área –, coexistindo com uma forte atividade agrícola e industrial (moda íntima e confecções, movelaria), marcando, portanto, o mercado de

trabalho urbano e rural (RUA, 2002); e, por fim, o terceiro eixo segue de Santo Antônio de Pádua até Porciúncula, passando por Itaperuna, com a presença da atividade secundária, representada pela exploração de rochas ornamentais, nos municípios de Pádua e Aperibé, a fabricação de leite em Itaperuna pela Parmalat, além dos setores de saúde, confecções e atividades primárias.

Tais atividades estão associadas ao processo de urbanização e, como aponta Rua (2002), relacionadas à difusão de “urbanidades”. Por outro lado, distinguimos em território fluminense oito municípios com grau de urbanização inferior a 50% – considerados, portanto, rurais – e de pequenas dimensões demográficas, concentrados na Região Serrana, dos quais se destacam São José do Vale do Rio Preto, Sumidouro, Bom Jardim, Trajano de Moraes e São Sebastião do Alto, que vivem das atividades primárias.

Outro padrão a ser destacado (MAPA 3), segundo a tipologia urbana, diz respeito aos 24 municípios considerados em transição para o urbano, registrando grau de urbanização entre 50% e 80%. Podemos destacar aqueles localizados nas regiões Noroeste (em maior número), Serrana e Centro-Sul Fluminense. São caracterizados pelas pequenas dimensões demográficas, concentrando suas atividades no setor primário, apesar de registrarem grau de urbanização superior a 50%.

ARREMATAS

Segundo critérios formais adotados pelas prefeituras em consonância/dissonância com o IBGE (RUA, 2002), o território fluminense apresenta predomínio da população residente urbana sobre a população residente rural, o que comprova que o estado possui a mais elevada

taxa de população urbana do país, uma vez que mais de 96% de seus residentes vivem em áreas urbanas.

Esse critério adotado de urbanização formal, imposto desde os anos de 1940 pelo IBGE, foi intensificado, segundo Rua (2002, p. 50), “a partir da segunda metade dos anos oitenta do século XX, motivado pela descentralização de recursos para a órbita municipal ligada aos novos princípios tributários da Constituição de 1988”, sempre com a intenção de ampliar a cobrança do IPTU, imposto da esfera municipal. Consequentemente, os perímetros urbanos são ampliados, e, muitas vezes, áreas nitidamente rurais são transformadas em aglomerados urbanos, registrando residentes urbanos e obrigados ao pagamento do referido imposto.

Tal critério de distinção da situação urbana ou rural brasileira provoca distorções em grandes porções do país, fato que gera inúmeros debates entre inúmeros estudiosos. No entanto, em se tratando do território fluminense, a taxa de urbanização formal não compromete de todo essa realidade, como podemos confirmar a partir da tipologia urbana apresentada, a qual considerou como indicadores a dimensão demográfica e o grau de urbanização. Essa tipologia permite uma aproximação maior dos resultados estatísticos formais de urbanização com a realidade, não restringindo a taxa de urbanização do país à simples relação entre a população urbana total e a população total de um dado recorte espacial (país, estado, município).

Posto isso, podemos afirmar que, segundo os critérios adotados a partir da tipologia urbana proposta por Cavalcanti (1999), o território fluminense registrou, para o ano de 2000, uma taxa de urbanização da

ordem de 84,4%.

Apesar da referida taxa ser inferior àquela dos resultados oficiais, da ordem de 96%, a mesma supera o valor da taxa de urbanização do país, da ordem de 81,2%, e, conseqüentemente, comprova o grau de urbanização muito forte, ou seja, acima de 80%, segundo os critérios adotados por Cavalcanti (1999).

Nesse contexto, os resultados verificados a partir da tipologia urbana ratifica a situação de o estado do Rio de Janeiro apresentar a mais elevada taxa de população urbana nacional, resultado este explicado pela localização dessa unidade federada na região mais concentradora de bens, riquezas e população (SANTOS e SILVEIRA, 2001) – o Sudeste –, além de seu território ser dominado pela concentração metropolitana de população, conseqüentemente ampliando a malha construída do núcleo em direção à periferia – Baixada Fluminense –, ocupando o lado oriental da Baía de Guanabara, principalmente nos municípios de Niterói, São Gonçalo e Itaboraí (RIBEIRO, 2002). Arelado a esses fatores, podemos ainda afirmar que a metrópole fluminense intensifica o processo de urbanização do interior seguindo este padrão, ao longo de determinados eixos, como apontado por RUA (2002).

Para finalizar, não podemos deixar de mencionar que a urbanização não deve ser vista apenas pela dimensão física do processo (expansão da área construída), mas que incorpore as dimensões ideológica e cultural. Nesse sentido, não podemos esquecer:

Valores, atitudes e padrões de comportamento são modificados, principalmente a partir das cidades, e espalham-se pelo território num

movimento simultaneamente extensivo e intensivo como uma nova fronteira para o capitalismo, onde se combinam, desigualmente, em cada localidade, o rural e o urbano (RUA, 2002, p. 39).

NOTAS

ⁱ Geógrafo; Doutor em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Professor Adjunto da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

E-mail: mamikisi@gmail.com

ⁱⁱ Geógrafa; Pesquisadora em Informações Geográficas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

E-mail: vera.davila@ibge.gov.br

¹ Segundo a localização do domicílio, a situação pode ser urbana ou rural, definida por lei municipal em vigor em 01/08/2000.

Situação Urbana: consideram-se as áreas urbanizadas ou não, correspondentes, às cidades (sedes municipais), às vilas (sedes distritais) ou às áreas urbanas isoladas.

Situação Rural: abrange toda a área situada fora desses limites, inclusive os aglomerados rurais de extensão urbana, os povoados e os núcleos.

Municípios: constituem unidades autônomas de menor hierarquia na organização político-administrativa do país.

Cidade: localidade de mesmo nome do município a que pertence (sede municipal) e onde está sediada a respectiva prefeitura.

Vila: localidade de mesmo nome do distrito a que pertence (sede distrital) e onde está sediada a autoridade distrital, excluídos os distritos das sedes municipais (IBGE, Sinopse Preliminar do Censo Demográfico 2000, vol. 7, pp. 16-17).

² Incluída a população do Distrito de Mesquita, recentemente emancipado (2000) e não incluído nesta pesquisa.

³ Cumpre explicitar que a referida tipologia foi elaborada para os municípios brasileiros segundo os Censos Demográficos de 1991 e 1980, no âmbito da Coordenadoria de Geografia por Vera Maria d'Ávila Cavalcanti.

⁴ Este valor foi considerado como limite na classificação do grau de urbanização, pois é, aproximadamente, o valor da taxa de urbanização do Brasil em 2000 (81,2%).

REFERÊNCIAS

CAVALCANTI, Vera Maria d'Ávila. *Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil*. Organizado por IPEA / UNICAMP IE. NESUR / IBGE. Campinas, SP: UNICAMP. IE, 1999 (Coleção Pesquisas).

DAVIDOVICH, Fany. *Estado do Rio de Janeiro: singularidades de um contexto territorial*. Porto Alegre: UFRGS, 1999. CD-ROM. VIII Encontro Nacional da ANPUR.

IBGE. *Sinopse Preliminar do Censo Demográfico 2000 – Rio de Janeiro*. CD-ROM.

LIMONAD, Ester. Reflexões sobre o espaço, o urbano e a urbanização. In: *GEOgraphia*, Rio de Janeiro, n. 1, 1999, pp. 71-91.

MARAFON, Gláucio José *et al.* *Regiões de governo do estado do Rio de Janeiro: uma contribuição geográfica*. Rio de Janeiro: Gramma, 2005. 139 p.

RIBEIRO, Miguel Angelo. Considerações sobre o espaço fluminense: estrutura e transformações. In: *Estudos de Geografia Fluminense*. Rio de Janeiro: Livraria e Editora Infobook Ltda., 2002, pp. 13-26.

_____. Turismo no estado do Rio de Janeiro: ensaio de uma tipologia. In: *GEOgraphia*, Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia. UFF/EGG. Niterói/RJ, ano V, n. 10, 2003, pp. 79-91.

RUA, João. Urbanidades e novas ruralidades no estado do Rio de Janeiro: algumas considerações teóricas. In: *Estudos de Geografia Fluminense*. Rio de Janeiro: Livraria e Editora Infobook Ltda., 2002, pp. 27-42.

_____. Urbanização em áreas rurais no estado do Rio de Janeiro. In: *Estudos de Geografia Fluminense*. Rio de Janeiro: Livraria e Editora Infobook Ltda., 2002, pp. 43-69.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2001, 471 p.

_____. *A urbanização brasileira*. São Paulo: HUCITEC, 1993, 157 p.

VEIGA, José Eli. *A face rural do desenvolvimento: natureza, território e agricultura*. Porto Alegre: UFRGS, 2000, 197 p.